



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

REQUERIMENTO AO GOVERNO REGIONAL

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

O processo de reconstrução em curso tem como um dos seus vectores principais as grandes empreitadas, por áreas, nas quais estão incluídas construções de raiz e reabilitações em larga escala.

Para se poder avaliar a evolução do processo é necessário saber-se se o trabalho desenvolvido pelas empresas empreiteiras decorre, ou não, com os ritmos definidos contratualmente.

Recentemente circulou a noticia que uma das empresas empreiteiras tinha pedido a rescisão do contrato.

Por outro lado continua a ser muito elevado o número de sinistrados que dão indicações de nada saberem sobre o andamento do caso respectivo.

Estando-se, como se está, em vésperas da discussão do Orçamento para 2002 é essencial ter-se informação precisa e muito rigorosa sobre o processo de reconstrução, para se poder avaliar sobre a validade das propostas orçamentais apresentadas.

Assim e tendo em conta o exposto requero ao Governo Regional, nos termos regimentais aplicáveis e **com muita urgência** resposta aos pedidos de informação seguintes:

1 - Face aos contratos feitos com as empresas empreiteiras existem ou não atrasos na execução das obras?

Solicita-se a este respeito todos os dados possíveis, empreitada por empreitada, bem como cópia dos relatórios actualizados da fiscalização.

2 - Os pagamentos aos empreiteiros estão ou não em dia nos termos contratados? Solicita-se igualmente a este respeito todos os dados possíveis bem como uma rigorosa explicitação concreta dos eventuais atrasos nos pagamentos.

3 - É ou não verdade que uma das empresas empreiteiras rescindiu ou pretende rescindir o respectivo contrato?

Em caso afirmativo quais são as razões invocadas?

Ainda em caso afirmativo já se procederam a novas consultas a empresas tendo em vista uma substituição?

Com que resultados?

4 - Globalmente e nesta data pensa o Governo Regional que os prazos das empreitadas serão cumpridos?

5 - Qual o numero concreto actual de casos por resolver, em termos de decisão do apoio a dar e de projecto?

6 - Em que ponto está a anunciada análise dos casos de grandes obras de reabilitação em que os sinistrados são contemplados com 50% ou 75% mas que alegam impossibilidade de cobrir com meios próprios ou com recurso à banca, o valor real da parte da obra que lhes cabe?

7 - Em que ponto está a análise dos casos dos sinistrados com direito a 100% mas não possuidores de terreno e que alegam impossibilidade de comprar no mercado um lote?

8 - Qual o ponto actual da situação relativo ao financiamento das actividades de reconstrução de igrejas e outras instalações religiosas pela CRIF e pela CRIP?

9 - Quantos casos existem de obras fisicamente concluídas, realizadas por administração directa dos sinistrados, sem que a ultima tranche da comparticipação esteja paga?

Com os melhores cumprimentos.

Assembleia Legislativa Regional, 16 de Outubro de 2001

O Deputado Regional do PCP, *José Decq Mota*”.